

A EDUCAÇÃO NO BRASIL: Uma breve análise do passado até os dias atuais

Abimagerson Portela Prado¹

A educação no Brasil remonta ao ano de 1549 com a chegada dos jesuítas que fundaram na então Colônia Portuguesa a primeira escola brasileira para escolarização dos indígenas.

Teixeira (1989), afirma que em relação à instrução e à catequese, o objetivo real era a aculturação dos habitantes silvícolas, na perspectiva de sua escolarização, via processo de cristianização. Contudo, a instrução como mecanismo de escravização da população indígena fracassa, o que leva a colônia a importar escravos da África. Dessa importação surge uma população miscigenada que faz a Metrópole repensar sua intenção inicial de catequese e instrução somente para índios. A escola como direito de todos fica, regimentalmente, estabelecida cabendo-lhes as funções de catequese e de instrução.

Apesar de existir como função, desde o Brasil colônia, a escola surge como instrumento de realização do ideário liberal organizando-se como sistema de ensino, a partir do século XIX, tendo como funções redimir os homens da miséria moral e política, reclassificando as pessoas das diferentes classes sociais, conforme suas motivações e potencialidades inatas.

No século XIX, a escola tinha como missão assegurar o direito de ensino para todos com qualidade e gratuidade. A classe dominante queria que os subalternos, uma vez instruídos se adaptassem ao modelo de organização social dominante, porém, no início do século XX, especialmente, depois da primeira guerra mundial surgiu o primeiro movimento de reforma na escola. Enfatizando a qualidade de ensino o escolanovismo desloca o centro de organização da escola do professor para o aluno e o eixo de preocupação da educação: do âmbito político (relativo à sociedade e seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (referente ao interior da escola). O escolanovismo ajudou na melhoria da qualidade do ensino, mas, esta melhora se restringiu aos centros escolares experimentais.

Para alguns autores foi o governo republicano quem proporcionou maior crescimento de oportunidades escolares, apesar da precariedade que caracterizava a escola (até 1907 o tipo comum de escola primária era a de um professor e uma só classe, congregando vários níveis de alunos).

¹Graduado em Ciências Imobiliárias pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Gestão Estratégica e Qualidade e Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes – AVM Faculdade Integrada. E-mail:gersonprado80@hotmail.com

Contudo, é da primeira República o aparecimento dos primeiros grupos escolares, através dos quais se pretendeu assegurar o acesso universal e a gratuidade da escola. À época, as instituições particulares, especialmente de caráter religioso, também se duplicaram dedicando-se, prioritariamente, ao ensino secundário preparatório para os cursos profissionais superiores.

Como os grupos escolares não conseguiam atender a todos e, as escolas particulares eram caras e não se destinavam a formar técnicos e artífices, o sistema educacional começa a demonstrar não só o seu caráter de classe como também sua insuficiência. De 1920 a 1930, a escola pública mostra sinais de recuperação quando ocorre um pequeno aumento do número de pessoal docente, porém, paralelamente, há significativa diminuição no número de matrículas. A insuficiência do setor em oferecer a instrução primária para todos resulta em um ponto de estrangulamento, permanente até hoje, na organização escolar (CHRISTÓFANO, 2013, p.10).

A constituição de 1946 e a reorganização da economia, no fim do Estado Novo apontaram mudanças políticas e econômicas na perspectiva de consolidar o novo projeto social que se desenhou após a ditadura de Vargas e o fim da Segunda Guerra Mundial.

A formação histórica dessas tendências educacionais enfrentou o desafio da diversidade e especificidade das condições locais, regionais, políticas, econômicas, sociais, éticas, estéticas e culturais existentes no país, que também exercem influência sobre a formação educacional básica da população. No regime militar brasileiro uma tentativa de enfrentar essas condições foi, em 1971, ampliar o período de tempo da educação escolar obrigatória - anteriormente de quatro anos segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB de 1996 – Art. 4 e 32. Além da ampliação da escolaridade obrigatória dos oito anos do ensino fundamental e da progressiva obrigatoriedade nela assinalada para o ensino médio, a atual LDB destaca também as diretrizes quanto à qualidade, a diversidade, a flexibilidade e descentralização dos processos e sistemas educacionais (DEMANGE, 1999, p.02).

A educação brasileira passou por inúmeras transformações ao longo dos anos o que nos dias atuais destacam-se o avanço tecnológico e o uso dos recursos tecnológicos em sala de aula, no século XX foi à televisão, o vídeo cassete, o DVD e o computador os principais aliados do professor em sala como recursos didáticos para transmissão de conhecimento e meio de aprendizagem.

Hoje no século XXI a mobilidade e a internet são os grandes recursos didáticos utilizados em sala de aula para a difusão do conhecimento.

Tanto educadores e educandos fazem uso da tecnologia cada vez mais presente na educação, os tablets, smartphones interligados a internet permitem fazer pesquisas e aprimorar o conhecimento de forma rápida e prática. A educação à distância no Brasil também é uma realidade já há alguns anos no país, existem inúmeros cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na modalidade de ensino à distância ou semipresenciais que fazem uso das tecnologias da informação como recurso de aprendizagem.

A educação numa visão geral, portanto, evoluiu sem dúvida ao longo dos anos. Carece, neste aspecto, em nosso país de uma melhor atenção por parte dos gestores públicos com um melhor aparelhamento das instituições públicas país afora e maior valorização do professor com um plano de carreira, que incluam melhorias significativas na remuneração e formação continuada que contemplem a grande maioria dos professores da rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

CHRISTÓFANO, M.A.C. **A organização do sistema educacional brasileiro e a formação na área de saúde.** Disponível em: <http://www.unb.br/ceam/nesp/polrhs/Temas/orgsisteducbras.pdf>. Acesso em: 29/05/2014.

DEMANGE, N. J. Planejamento escolar: novos paradigmas, políticas e experiências num contexto de globalização. **Rev online Bibl. Prof. Joel Martins** – v.1, n.1, outubro de 1999.

FRANCHINI, Marta Adele. A educação no Brasil: análise contextual histórica e atual. **ÁGORA – Revista Eletrônica.** Disponível em: http://www.ceedo.com.br/agora/agora10/aeducacaonobrasil_analisecontextualhistoricaeactual_MartaAdeleFranchini.pdf. Acesso em: 29/05/2014.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: FGV. Org. Santamarense de Educação e Cultura. Instituto de documentação. 1989.